

“Estou encostada junto com os meus pais porque eu não tenho casa para morar”*: notas para uma história social da hierarquia, da tensão familiar e do consumo alimentar entre trabalhadores paulistanos, 1937-1963**

*“I am a lodger at my parents’ house because I do not have a place to live”:
notes for a history of hierarchies, family tension and food consumption among
São Paulo workers, 1937-1963*

*“Estoy allegada donde mis padres porque no tengo casa para vivir”:
notas para una historia social de la jerarquía, la tensión familiar y el consumo
alimenticio entre los trabajadores de São Paulo, 1937-1963*

AUTOR

Jaime Rodrigues

Universidade Federal
de São Paulo—
UNIFESP, São Paulo,
Brasil

[jaime.rodrigues@
unifesp.br](mailto:jaime.rodrigues@unifesp.br)

DOI

10.3232/RHI.2009.
V2.N2.05

Neste artigo, apresento algumas potencialidades das fontes representadas pelas Pesquisas de Padrão de Vida (PPVs) aplicadas na cidade de São Paulo no século XX, desde a implantação do salário mínimo no Brasil até o início da década de 1960. Essas pesquisas, que serviam ao embasamento de uma política pública e tinham uma finalidade econômica explícita, também se constituem em fontes ricas para o estudo dos trabalhadores da cidade a partir da ótica da História Social, na medida em que permitem adentrar o interior de suas casas e sondar seus comportamentos. Dentre muitas outras temáticas possíveis, analiso aqui as evidências que tratam da hierarquia e da tensão familiar, particularmente entre os cônjuges e entre eles e seus filhos, apresentando também algumas tendências de consumo relativas aos produtos alimentícios básicos e ao álcool relacionados com as tensões familiares cotidianas.

Palavras-chave:

História social; História família; Alimentação; Trabalhadores; São Paulo

In this article I present some of the potentialities of historical sources gathered after the Life Quality Research project (PPVs in its Portuguese abbreviation) developed in São Paulo in the Twentieth Century, after the implementation of the minimum wage salary in Brazil and until the 1960s. This research project, which was the base for public policies that had an explicit economic objective, is a rich source for the study of city workers from a social history perspective because it allow us to explore the domestic sphere of these workers and their behaviors. Among many possible themes, the article analyzes evidences that deal with hierarchies and family tensions, especially between married couples and between them and their children. It deals also with basic food and alcohol consumption tendencies and the family tensions associated with it.

Key words:

Social History; Family History; Diet; Workers; São Paulo

En este artículo presento algunas potencialidades de las fuentes representadas por las Investigaciones de Calidad de Vida (PPVs, siglas en portugués) aplicadas en la ciudad de São Paulo en el siglo XX, desde la implantación del sueldo mínimo en Brasil hasta el inicio de la década de 1960. Estas investigaciones, que servían de base a una política pública y tenían un objetivo económico explícito también constituyen fuentes enriquecedoras para el estudio de los trabajadores de la ciudad a partir del punto de vista de la Historia Social en la medida que permiten entrar al interior de sus casas y sondear sus comportamientos. Entre muchas otras temáticas posibles, analizo aquí las evidencias que tratan de la jerarquía y de la tensión familiar, particularmente entre los cónyuges y entre ellos y sus hijos, presentando también algunas tendencias de consumo relativas a los productos alimenticios básicos y al alcohol, relacionados con las tensiones familiares cotidianas.

Palabras claves:

Historia social; Historia de la familia; Alimentación; Trabajadores; São Paulo

“Ver o gelo frágil dos hábitos, o solo movediço dos partidos tomados onde se incisam circulações sociais e costumeiras, onde se descobrem atalhos. Aceitar como dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas insignificantes”.

Luce Giard, “Cozinhar”, Michel de Certeau *et. al.* (orgs.), *A invenção do cotidiano, Vol. 2: Morar, cozinhar*, 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 2005, p. 217.

“Às vezes nos esquecemos de que os abusos podem permanecer ‘desconhecidos’ por longo tempo, até serem publicamente revelados, e que as pessoas podem ver a miséria e não percebê-la, até a própria miséria se rebelar”.

Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa, Vol. II: A maldição de Adão*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 215.

O objetivo primeiro das Pesquisas de Padrão de Vida (PPVs) aplicadas no Brasil a partir da década de 1930 era, como o nome indica, coletar informações sobre rendimentos e despesas dos trabalhadores assalariados e, com isso, apontar indicadores para o aumento do salário mínimo, instituído no país em 1936¹. Juntamente com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e seus restaurantes populares, a instituição do salário mínimo era parte da solução estatal para combater a subnutrição, identificada como um dos mais graves problemas brasileiros a partir de meados da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). O andamento das políticas e programas públicos voltados ao combate à subnutrição no Brasil mereceu uma proposta de periodização por Alberto Silva, sendo a fase inicial, a das “primeiras iniciativas”, delimitada pelos anos de 1940 e 1972. Nessa fase, após as ações pioneiras do SAPS e da instituição do salário mínimo, destacaram-se a criação do Serviço Técnico de Alimentação Nacional da Coordenação da Mobilização Econômica (1942),

da Comissão Nacional de Alimentação (1945), do Instituto de Tecnologia Alimentar (1944) e do Instituto Nacional de Nutrição (1946, hoje incorporados à UFRJ) e do plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil (1952)².

Para cumprir as exigências da legislação que instituiu o salário mínimo, várias Pesquisas de Padrão de Vida foram aplicadas sistematicamente em São Paulo, entre outras cidades brasileiras, a partir de 1937. Se por parte do Estado o objetivo da aplicação das pesquisas está claramente definido, para o historiador os indícios representados pelas PPVs permitem outras leituras e atribuições de significados. Dados existentes nessas fontes possibilitam adentrar em dimensões das relações familiares às quais dificilmente temos acesso por outras fontes seriais.

Por meio desses textos, repletos de impressões dos pesquisadores que aplicavam as PPVs em São Paulo, procurarei vislumbrar as dificuldades da vida cotidiana de famílias de trabalhadores, privilegiando o que escapava ao ambiente onde o trabalho era exercido³. De acordo com o estudioso francês Pierre Mayol, é possível afirmar que, ao lidar com o que ocorria fora do ambiente profissional, “não estamos trabalhando em cima de objetos recortados no campo social de maneira somente especulativa (o bairro, a vida cotidiana...), mas em cima de relações entre objetos, bem exatamente estudando o vínculo que une o espaço privado ao espaço público”⁴.

II

Ricas em informações e, muitas vezes, eivadas de preconceitos de classe, as impressões dos pesquisadores das Pesquisas de Padrão de Vida também fornecem dados que permitem analisar a tensão estabelecida entre a formulação de uma política pública – no caso, a definição do valor do salário mínimo conforme os índices de inflação anuais – e a tentativa de preservar faces da privacidade familiar, principalmente por iniciativa das mulheres trabalhadoras. As estratégias de resistência à aplicação das PPVs paulistanas remetem a uma tradição operária de recusa e entendimento de pesquisas desse tipo como procrastinação e de seus agentes – neste caso, os pesquisadores – como “instrumentos a serviço dos patrões”. Na Inglaterra da Revolução Industrial, os trabalhadores opunham-se a participar de comissões destinadas a estabelecer os padrões de vida operários e vigiavam os passos dos comissários que iam aos distritos fabris a fim de aplicar as pesquisas⁵.

De modo semelhante, a presença dos pesquisadores nos lares de trabalhadores em São Paulo muitas vezes era entendida como uma invasão indevida dos agentes do Estado, atuantes em diferentes contextos políticos, tanto em períodos ditatoriais (como durante o Estado Novo) como na redemocratização pós-Segunda Guerra ou às vésperas do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil, em 1964. Essa impressão de que a postura dos pesquisadores era demasiadamente invasiva deixou vestígios nas PPVs feitas em diferentes épocas e contextos, levando os pesquisadores a tentarem obter informações por outros métodos quando não as conseguiam nas entrevistas, como veremos adiante.

Depois de passarem por treinamento específico para a tarefa que iriam cumprir e munidos de cadernetas, questionários e formulários, os pesquisadores cumpriam os preceitos constitucionais que reconheciam a “necessidade de estabelecer salários que satisfaçam as exigências da vida atual. Para isso, é necessário conhecer o custo da vida e é esta a finalidade da nossa pesquisa”. É esse o texto que lemos nas contra-capas das cadernetas de coleta de dados familiares, junto a outras orientações que solicitavam dos pesquisados o preenchimento exato dos campos, “contribuindo assim para a melhoria da situação das classes trabalhadoras”⁶.

Nas cadernetas, os informantes deveriam inventariar o consumo de alimentos *in natura* ou industrializados, comprados para serem processados em casa. Também era preciso anotar as refeições feitas fora de casa, o consumo de produtos de higiene e limpeza, gastos com moradia, condução e lazer, entre outros. As anotações deveriam ser feitas dia a dia, assinalando-se a quantidade consumida e o preço de cada item. O formulário continha ainda campos para anotar quantos moradores viviam no domicílio, o grau de parentesco que os unia, informações sobre a escolaridade, idade e sexo⁷. Em muitos casos, mas não em todos, as cadernetas informavam o endereço domiciliar, fornecendo pistas importantes para o mapeamento da população paulistana conforme seus rendimentos, seus hábitos ou suas possibilidades de consumo.

Hierarquias e tensões, bem como a resistência à invasão da privacidade familiar por parte dos pesquisados e juízos de valor emitidos pelos pesquisadores acerca das famílias de trabalhadores também podem ser observados a partir de cadernetas, questionários e relatórios que compõem o acervo documental remanescente dessas pesquisas⁸.

Evidentemente, estudar esses aspectos ao longo de três décadas e meia em uma cidade como a São Paulo do século XX pressupõe dar alguma atenção às transformações. Embora aplicadas em São Paulo, não se pode dizer que fosse a mesma cidade ao longo de todo esse tempo. Apenas para efeito de avaliação do crescimento demográfico, em 1937, essa aglomeração urbana contava com cerca de 1,3 milhão de habitantes; em 1952, o número de moradores subira para algo em torno de 2,1 milhões, enquanto que, em 1963, a PPV coletou amostras em meio a uma população de mais de 3,3 milhões de pessoas⁹. Todavia, interessa-me aqui especialmente observar as permanências, mais do que as transformações, nas estratégias de resistência às pesquisas e na metodologia de aplicação das mesmas pelos representantes do poder público que adentravam as casas dos trabalhadores e travavam contato com a família por cerca de um mês. Ajustei o foco dessa forma para poder lidar com pesquisas de 1937 (Usina Santa Olímpia e Lowrie), 1951/1952 (Araújo) e 1963 (Pagano)¹⁰ sem jogar uma luz mais intensa sobre as radicais transformações urbanísticas, demográficas e sociais, dentre outras, pelas quais a cidade e seus habitantes passaram nesse período.

Sempre que encontravam receptividade em suas visitas ou cadernetas com anotações diárias de consumo, os pesquisadores chamavam a atenção para a boa qualidade dos casos. Algumas vezes, porém, foram além de afirmar a qualidade das informações e disseram também o que pensavam acerca das próprias famílias e das casas onde as mesmas viviam. Via de regra, as anotações costumavam ser simples, como na inscrição “boa família” referente ao caso do Sr. Francisco P¹¹.

Outras vezes, conseguimos saber que tipos de sensações as casas e seus moradores causavam aos pesquisadores. A casa da feirante portuguesa Izabel, de 54 anos, por exemplo, deve ter inspirado sentimentos românticos – e quem sabe uma ponta de inveja – na pesquisadora, que anotou em seu relatório: “Eu achei que a casa onde ela mora tem flores demais”¹², provavelmente trazidas por Sebastião V., seu marido, também português, de 58 anos e que trabalhava como lixeiro.

O romantismo não caracterizava exatamente um consumo desviante, desde que dele não resultasse um desequilíbrio nos gastos da casa. Outro caso desse tipo chamou a atenção da pesquisadora: a dona da casa, responsável pelas anotações diárias dos gastos domésticos nas cadernetas que recebia do(a) pesquisador(a), “disse que a mãe ajuda muito, inclusive a geladeira é a mãe quem paga a prestação, que é de 1.850 [cruzeiros, a moeda corrente de então]”. A ajuda materna não seria de todo mal vista pela pesquisadora se o marido, ao invés de prover corretamente seu lar, não gastasse boa parte de seu salário com jornais, café, cigarros e lotação, além de trazer rotineiramente para a esposa “bombons, pó-de-arroz, meias, batom, brinco e muitos presentinhos” cujo valor monetário a presenteada desconhecia¹³.

Tudo o que escapava ao pagamento de despesas comuns, como alimentação, aluguel, contas de luz e água ou transporte, era motivo de observação – fazendo crer que uma vida mais confortável não cabia na normalidade do padrão de vida dos trabalhadores pesquisados. Caso exemplar do escape ao padrão considerado normal foi o de uma família não identificada que, ao longo do período da pesquisa, teve gastos com presentes (de casamento e primeira comunhão), com a contratação de uma faxineira e um jardineiro, além de fazer viagens a Aparecida do Norte [sic]¹⁴ e à Praia Grande¹⁵, hospedando-se em hotéis. A disparidade, neste caso, devia-se também ao fato de a família possuir geladeira e ferro de passar – algo “não comum”, nas palavras da pesquisadora, entre pessoas daquela condição social¹⁶, constatação ainda mais pertinente quando aplicada à análise dos costumes domésticos de famílias de diferentes classes sociais em São Paulo desde períodos anteriores ao recorte aqui definido, como notaram historiadores atentos às transformações introduzidas na cidade a partir do provimento de energia elétrica em massa¹⁷.

As casas e seus equipamentos não passaram incólumes pelo olhar dos pesquisadores, fosse por demonstrarem dificuldades ou facilidades na manutenção de seus moradores, fosse por considerações de higiene e asseio mínimos. Não havia impedimento, para efeito da pesquisa, se uma família vivesse com os pais de um dos cônjuges, desde que os cômodos e as despesas fossem separados. Era o que ocorria com a família de José M. A., que morava com os sogros dele, mas mantinha separadas a cozinha, as compras e as refeições. Não sabemos se o casal tinha filhos, mas a hipótese é de que não, a julgar pelas compras diárias de leite (1/2 litro, adquirido a crédito e pago no final de cada mês). As compras eram feitas em feira livre e numa venda, neste último caso a crédito ou em dinheiro, dependendo do dia do mês e da proximidade em relação ao dia do pagamento. Pelas anotações de consumo alimentar, o casal consumia produtos industrializados limitados àqueles itens que moradores da cidade não teriam acesso *in natura*, entre eles chá, banha, óleo, massa de tomate, café, açúcar, queijo, vinagre, dois litros

de cerveja, manteiga, macarrão e farinha de trigo. No mais, esta família consumia arroz, batata, cebola, verduras diversas, 5 kg de carne bovina, 1 kg de bacalhau e 1 kg de outro peixe não especificado¹⁸.

Outro caso, mencionado no título deste artigo, aponta para uma situação de crise financeira impedindo a manutenção de uma casa separada daquela dos pais de um dos cônjuges. Nem por isso a informante estava livre de despesas com moradia: “encostada” na casa de seu pai, o italiano Belmiro R., ela pagava 1.000 cruzeiros por ocupar ali um quarto para ela, seu marido e dois filhos, de 11 e 8 anos¹⁹. O consumo de leite mais elevado nesta família de quatro membros sugere que o caso mencionado anteriormente era mesmo de um casal sem filhos: nesta casa do Bom Retiro, 29 litros de leite eram bebidos todo mês. O marido almoçava no trabalho todos os dias, desonerando a família de uma parte da despesa com alimentação. Os hábitos alimentares desta família de descendente de italianos incluía inúmeras frutas (mamão, banana, pêra, castanhas e laranja), verduras e legumes (erva doce, couve, chuchu, quiabo, brócolis, salsão, rabanete, escarola, jiló, repolho, vagem, berinjela, almeirão, mostarda e nabo) e alguns itens da culinária introduzida por essa comunidade de imigrantes que se tornara a mais numerosa de São Paulo entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX (a conserva de peixe conhecida como *aliche* e o salame)²⁰. De acordo com Rosa Belluzzo, ao mesmo tempo em que aderiram às “práticas alimentares paulistas” – ao consumirem carne de porcos e frangos, por exemplo –, os italianos “cultivaram e disseminaram entre os paulistas o hábito de consumir verduras como escarola, almeirão, chicória, berinjela e pimentão”²¹.

Lidando com as fontes que venho mencionando, entre outras, os estudos no âmbito da História Social acerca dos comportamentos, práticas e hábitos alimentares das comunidades de estrangeiros e seus descendentes na cidade poderão ser aprofundados. Por hábito alimentar entende-se “as preferências ou aversões alimentares que fazem parte da cultura de um povo. Normalmente são estabelecidos na infância e se tornam comuns no decorrer da vida (...)”, diferentemente do que se entende por gastronomia ou “arte de cozinhar proporcionando prazer. Influi sobre a imaginação e o espírito humano, sendo seus conhecimentos necessários para o convívio social”²². As noções não são inteiramente excludentes, se buscarmos ouvir outros estudiosos. Talvez seja preciso lidar com uma concepção de gastronomia não apenas como arte de cozinhar e prazer de comer, “mas também a sua relação com os recursos alimentares disponíveis, pois as condições naturais de vida são extremamente variadas: influência da latitude, natureza dos solos, proximidade do mar, clima etc.”²³. De outro lado, se atentarmos para a adaptação gastronômica dos imigrantes estrangeiros aos produtos disponíveis em São Paulo, veremos que ao longo do processo certamente modificaram-se os hábitos e os comportamentos alimentares tanto dos que chegavam quanto dos moradores da cidade que os recebia²⁴. De todo modo, não se deve perder de vista que o crescimento de São Paulo a partir de fins do século XIX e início do XX, pela presença de imigrantes italianos e ibéricos, indígenas e descendentes de africanos, foi também marcado pela cultura caipira: “portanto, não há dúvida: São Paulo também é interior, também é caipira, mantém hábitos tradicionais; é uma metrópole caipira”²⁵.

III

Dentre os cômodos de uma moradia de trabalhadores, o que mais interessava aos pesquisadores era a cozinha. Havia casos em que a cozinha estava em construção²⁶ – o que por vezes ocasionava dificuldade em definir o valor gasto com refeições, como no caso de um homem que “não tem nada em casa, por estar tomando refeições na casa do pai. O indicado está terminando a cozinha, e assim que terminar começa a fazer as refeições em casa”. A construção do cômodo era tocada por ele mesmo²⁷.

As impressões sobre os lares, incluindo a cozinha e outros cômodos, recaíam sobre o asseio e a antiguidade da construção. O casal formado por um trabalhador da limpeza pública e uma costureira, nascidos no interior de São Paulo, era elogiado por ambos os critérios: “O quarto é limpíssimo – caso raro no meio que estamos pesquisando”. A impressão aqui foi excepcionalmente positiva, ao ponto de o pesquisador ter feito um croqui da habitação, assinalando o que considerava mais digno de elogios:

somente este quarto, banheiro e cozinha são ocupados isoladamente pelo casal, o tanque é usado pelas duas famílias que moram na casa. As condições de higiene são ótimas. A construção da casa é nova, portanto tem todas as melhoras da construção moderna, o banheiro da casa é completo, usado somente pelo casal e muito limpo, aliás, os três cômodos da casa são limpíssimos²⁸.

A excepcionalidade do caso acima pode ser afirmada quando comparada às constatações mais freqüentes de falta de zelo no ambiente doméstico e de cuidados com seus ocupantes. Dos três casos entre os quais lidei em que as críticas dos pesquisadores em relação às moradias foram mais severas, dois referiam-se a famílias compostas por negros, reforçando os estereótipos de falta de higiene e de pobreza²⁹ e, ao menos em um caso, vinculando a sujeira ao consumo freqüente de álcool.

Uma família branca, formada apenas pelo casal nascido no interior do estado e moradora do bairro de Perdizes, foi apontada pelo mau aspecto da moradia e causou espécie à pesquisadora, que escreveu em seu relatório:

A minha impressão sobre a casa do indicado é a pior possível, tem quatro cachorros e três gatos, roupas amontoadas por todo canto e a esposa do indicado eu acho que nunca tomou banho, latarias por todo canto cheias de comida de três a quatro dias, *uma coisa infecta*³⁰.

A má impressão sobre a higiene do ambiente doméstico podia dever algo à criação de galinhas no quintal, algo que a caderneta de anotações registra, ainda que a pesquisadora nada tenha observado em seus escritos oficiais. Entre os animais domésticos, contavam-se seis galinhas, que contribuíam cada uma com um ovo diário e a eliminação dos gastos alimentares com esse item. Até meados do século XX e mesmo além, não era incomum esse tipo de criação na cidade: outras casas pesquisadas também contavam com a presença de animais como

galinhas e frangos, fonte de ovos ou destinados ao abate periódico para consumo da carne³¹. Na metrópole caipira paulistana, também não era incomum a reserva de parte dos terrenos para o plantio de verduras e tubérculos destinados ao consumo familiar³².

IV

Uma família da Aclimação, na qual eram “todos pretos”, foi pesquisada na PPV Pagano, em 1963. A composição dessa família era bastante diferente da que comumente encontrava-se nas pesquisas (em geral, um casal com filhos), mas adequava-se à definição estabelecida desde 1952 para a PPV Araújo, na medida em que esses indivíduos moravam juntos e contribuíam para a manutenção do grupo³³. No caso, tratava-se do ajudante de motorista Hélio, mineiro de 29 anos, que havia cursado três anos de escola formal; sua mulher, empregada doméstica, campineira de 27 anos e não alfabetizada; um casal de filhos nascidos em São Paulo, de 4 e 3 anos; a sogra e duas cunhadas do marido (mineiras de 72, 42 e 32 anos, respectivamente, todas não alfabetizadas, sendo a última empregada doméstica), três sobrinhos e uma sobrinha, todos nascidos em São Paulo, com 12, 11, 7 e 7 anos, respectivamente, sendo que apenas o primeiro era alfabetizado e trabalhava fora de casa, em um escritório. Sobre os pais dos sobrinhos, nenhuma palavra foi dita. Na casa onde viviam, feita de tábuas e onde não havia chuveiro nem pia, a condição de higiene foi definida como “péssima”. Aliás, a família só tinha um teto porque o patrão da esposa de Hélio cederia o imóvel para que seus parentes pudessem morar ali, fornecendo ainda energia elétrica e água encanada gratuitamente. De todos, apenas o único homem adulto da casa parecia não passar fome cronicamente, já que fazia refeições em seu trabalho, na Prefeitura, durante 26 dias do mês, indicando que em sua semana de trabalho cabia apenas uma folga. Quanto aos demais, sofriam as conseqüências de uma despensa quase sempre vazia: ao longo de vários dias do mês de agosto de 1963, quando a pesquisa foi aplicada na casa, não se fez nenhuma marcação de despesa na caderneta de consumo alimentar. O motivo foi assinalado pela pesquisadora: “sem dinheiro”. Quanto tinham algum, compravam principalmente arroz, feijão, pão, açúcar, doces e algumas garrafas de Coca Cola³⁴.

Anos antes, outra pesquisadora, aplicando o questionário em Vila Prudente, referiu-se aos problemas enfrentados por uma família na qual apenas à mulher foi atribuída a cor branca. O casal nascera em Minas Gerais e três tinha filhos “pretos”, nascidos em São Paulo. A mulher não tinha idéia de quanto seu marido ganhava, pois “ele não diz e não admite que ela pergunte”. A pesquisadora disse ter notado certo receio na informante e foi indagar aos vizinhos, descobrindo que ele “bebe e maltrata às vezes a mulher”³⁵. Chamo a atenção para o fato de a informação sobre bebedeira e maus tratos pelo marido ter sido prestada por vizinhos, para fazer um esforço de compreensão acerca do significado da vizinhança e das relações travadas no espaço dos bairros onde se reside, amplificando as tensões e reforçando ou relativizando as hierarquias familiares.

De início, observo ser a informação estranha ao escopo da pesquisa de padrão de vida, que não buscava saber como se davam as relações afetivas entre casais. A curiosidade da

pesquisadora pautou sua atuação, e o recurso aos vizinhos – procedimento incomum, mas não ausente no universo das PPVs paulistanas – permite refletir sobre o que afirmou Pierre Mayol acerca do significado da *conveniência*: “A tagarelice e a curiosidade são as pulsões interiores absolutamente fundamentais na prática cotidiana do bairro: de uma parte, alimentam a motivação das relações de vizinhança e, da outra, tentam abolir sem cessar a estranheza contida no bairro”³⁶. Estranheza, neste caso, parece ser a palavra-chave. Embora o objeto do estranhamento normalmente fosse corriqueiro, como a profissão ou a origem dos novos ocupantes de uma moradia nas redondezas, neste caso voltava-se para moradores antigos, negros e que viviam num armazém, “isto é, o indicado, a companheira e três crianças dormem e cozinham no mesmo lugar”, cujo aspecto foi descrito como “o pior possível em todas as condições de higiene, e nota-se que passam muito mal”³⁷.

A *conveniência*, nos termos de Mayol, representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse ‘preço a pagar’ (saber ‘comportar-se’, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana³⁸.

O vizinho negro, de idade não revelada, que trabalhava em uma equipe de irrigação, não se comportava de forma conveniente diante dos vizinhos. Suas bebedeiras, os maus tratos a que ele submetia sua jovem e branca mulher de 23 anos e as péssimas condições de moradia de sua família (composta ainda por três crianças, de 12 e 8 anos e seis meses de idade) chamavam a atenção dos moradores do bairro. Esse homem não parecia disposto a comportar-se de acordo com o que esperavam seus vizinhos vigilantes, não participando do assim chamado “processo geral de reconhecimento” que envolve a concessão de uma parte de si mesmo à jurisdição do outro na vida em um bairro ou comunidade. Ao sondar os vizinhos sobre as ocorrências naquela família, a pesquisadora acabou por registrar o resultado desse tipo de comportamento em meio a uma comunidade mais ou menos homogênea: o “jogo da exclusão social dos ‘excêntricos’, as pessoas que ‘não são/não fazem como todos nós’”³⁹.

Os bairros seriam o lugar do comportamento conveniente por excelência, em função da proximidade e da repetição de certas relações comunitárias com vizinhos e comerciantes, por exemplo. Esse comportamento não deve ser visto apenas como uma forma de se mostrar em público, sob o risco de não compreendermos as redes de relacionamentos construídas pelos trabalhadores. Tais redes incluíam não só observações mais ácidas sobre formas de se portar – os casos de denúncias de alcoolismo ou maus tratos às mulheres são exemplares nesse sentido –, mas também significavam “uma fonte de assistência e ajuda mútua, solidariedade coletiva e cultura comum”⁴⁰ – exemplificados por casos de crianças de famílias em dificuldades que eventualmente almoçavam na casa de algum vizinho.

Por ora, não posso deixar de remeter o leitor à (escassa) bibliografia que se debruçou sobre a presença negra na população paulistana durante o período que coincide com o das PPVs aqui estudadas. Neste caso, a idéia de que vizinhos estivessem vigilantes com relação

a comportamentos tidos como inconvenientes ou desviantes não se prende estritamente à dimensão da conveniência, cujas regras foram ressaltadas acima. Parece-me, sobretudo, que a vigilância era tributária daquilo que Roger Bastide designou “manifestações larvais” do preconceito de cor em uma sociedade que vivia sob o signo da industrialização, da urbanização, do afluxo de imigrantes e do aparecimento de classes sociais bem estratificadas⁴¹. Em meio a esse quadro, a presença de negros pobres disputando com brancos também pobres a ocupação e o uso do espaço urbano (ainda que todos enfrentassem dificuldades materiais) era vista com estranheza mesmo por pessoas que, a rigor, compartilhavam com eles a mesma condição de vida nos parâmetros da estratificação social daqueles anos na cidade. Em função de casos como esse, é difícil negar que a cor não tenha qualquer significado no agravamento da pobreza ou na redução das possibilidades de ascensão social, mesmo entre os moradores pobres e em uma cidade cuja área urbanizada e cujo mercado de trabalho estavam em franca expansão, como a São Paulo de meados do século XX. Por outro viés, que aborda as possibilidades abertas pelo desenvolvimento econômico à ascensão social nesse período, George Andrews buscou elementos que permitissem afirmar a participação de negros na classe média paulistana da segunda metade do século XX, ainda que enfrentando preconceitos de toda sorte⁴².

V

Viver em ambientes pouco higiênicos certamente não era um atributo exclusivo da população negra e pobre da cidade. O imenso contingente de imigrantes brancos e pobres que a capital paulista recebera até a década de 1920 encontrara condições de habitação semelhante. Isso não passou despercebido aos relatos ficcionais ambientados na cosmopolita São Paulo do século XX. A urbe, suas habitações e espaços de circulação, onde se moviam as personagens em trânsito por diferentes continentes, foram descritos com tintas semelhantes aos relatos dos pesquisadores do padrão de vida que averiguavam a situação dos trabalhadores, fossem eles imigrantes ou seus descendentes:

(...) nesta cidade a mulher que faz compras no Mercado é imigrante, arifa ou operária, os imigrantes nunca passeiam, moças feitas de trabalho, vidas diluídas, fumaças de chaminé fufu feitas de perdas e adeuses, moram nas partes escuras da cidade, nas casas molhadas, entre os ratos e morcegos, entre os caixotes vazios e as sacas nos depósitos, nos armazéns, detrás dos balcões (...) ⁴³.

Os vizinhos-informantes retornaram outras vezes aos registros das PPVs em São Paulo, principalmente quando se tratava de delações do mau comportamento de um morador do bairro – uma curiosidade manifestada repetidas vezes pelos pesquisadores. Do português naturalizado brasileiro Joaquim C., morador do Bom Retiro (encarregado da Repartição de Águas, 53 anos, não alfabetizado), a pesquisadora soube que “às vezes bebe demais”⁴⁴. A generalidade do verbo indica uma conversa com pessoas que não eram da família, pois também era comum as mulheres queixarem-se das bebedeiras dos homens da casa, mas nesses casos a fonte era explicitada⁴⁵. Aqui, inversamente, a informação parece ter vindo de vizinhos.

Além da bebedeira, ou quem sabe relacionado a ela, os vizinhos também apontavam quem não trabalhava, ainda que a delação não significasse uma simples ausência de solidariedade no âmbito da rede de relacionamentos. O caso de Caetano R. (ferreiro de 33 anos, escolarizado até a 3ª série primária) e sua família (esposa de 31 anos e quatro filhos entre 14 e 2 anos, estando matriculados aqueles em idade escolar) expressa o que venho afirmando. Como na maior parte dos dias da pesquisa o marido estava em casa, dormindo, sua mulher não quis dar esclarecimentos por ter receio dele. A pesquisadora anotou ter sabido em casa de um outro pesquisado (ou seja, um vizinho) que Caetano não aparecia no trabalho havia meses. Ele apenas o fazia quando estava para completar trinta faltas seguidas, o que motivaria demissão justificada por abandono do emprego. Às vezes, os vizinhos chamavam um dos filhos para almoçar, pois a família enfrentava dificuldades visíveis pelos aluguéis atrasados havia quatro meses e pelas crianças mal alimentadas e sempre adoentadas. De fato, as anotações de gastos com alimentação nesta família numerosa indicam pequenas quantidades de insumos básicos, como 25 kg de pão, 8 kg de arroz, 5 kg de feijão e proteínas animais limitadas a 1 kg de carne bovina em um mês. O açougueiro recusava-se a vender carne fiado a esta família, “que vive em completa penúria”⁴⁶. Evidentemente, a dificuldade em conseguir fiado relacionava-se à impossibilidade de acertar as contas de tempos em tempos, pois numerosos outros casos indicam a frequência com que as compras de alimentos pelos trabalhadores paulistanos eram feitas a crédito junto a armazéns, mercearias, vendas e fornecedores ambulantes domésticos.

Os vizinhos não eram os únicos a apontarem regras de conveniência. Os próprios pesquisadores, depois de acumularem experiência no contato com famílias de trabalhadores em vários bairros paulistanos, por vezes apontavam comportamentos diferentes da normalidade que esperavam encontrar, transformando confidências em denúncias morais ao registrarem certos tipos de informações em seus relatórios. Nesse sentido, as fontes com as quais estou lidando não diferem de outros inquéritos sobre as condições de vida dos trabalhadores, como os que foram levados a cabo na França da segunda metade do século XIX⁴⁷.

Podemos entrever procedimentos conservadores e moralizantes por parte dos pesquisadores em São Paulo em casos como o de Joaquim M. (vigia de 66 anos) e sua esposa (65 anos), moradores de Vila Clementino, ambos paulistas, que davam teto e sustento a um filho de 30 anos que, apesar de ter a profissão de jardineiro, não trabalha porque “bebe muito e nunca se encontra no estado normal. Vive às custas dos pais”⁴⁸. Já um casal espanhol (um coletor de lixo de 56 anos e sua esposa da mesma idade), pais de três filhos, tinha expostos seus infortúnios e a maneira de lidar com eles, ainda que nada disso interessasse, a rigor, ao objetivo da pesquisa de padrão de vida. O filho mais velho, de 34 anos, “está internado em Franco da Rocha”⁴⁹. O filho de 18 anos “sofre das faculdades mentais, porém para a família é meio abobado”. Sobre a sanidade do caçula, de 16 anos, nada foi dito – talvez porque os demais filhos portavam histórias suficientemente traumáticas ou porque, afinal, o rapaz era o único da família que havia conquistado algum grau de escolaridade, tendo cursado até a 3ª série primária. A higiene da casa onde viviam, em Perdizes, era “péssima”, na avaliação da pesquisadora⁵⁰.

A hierarquia construída entre maridos e mulheres tinha indicadores fortemente ligados à condição de provedor do lar. Na década de 1950, entendida como período de ascensão

da classe média, industrialização e forte crescimento urbano, essa hierarquia não parece ter sofrido transformações substanciais, assim como não se alteraram as distinções entre os papéis femininos e masculinos, tanto entre trabalhadores como no interior da ascendente classe média. Todavia, não se deve esquecer que a presença feminina no mercado de trabalho assalariado industrial, comercial ou doméstico não é uma novidade desse período; solteiras ou casadas, mulheres trabalhadoras já existiam desde muito antes dos otimizistas anos 1950⁵¹.

Em casas nas quais o marido era o único trabalhador ou sua renda contribuía para o pagamento da maior parte das despesas da casa, a condição feminina, alegada ou real, era de inferioridade nos apontamentos dos pesquisadores. Algumas famílias, como a do coletor de lixo de 29 anos José R., composta por ele, a esposa de 22 anos e uma filha de 2 anos, todos brasileiros e brancos, tiveram suas cadernetas invalidadas “pois há muitas despesas sem discriminar, como os gastos do marido que estão muito exagerados”, algo que escapava ao controle da mulher⁵². Além de comumente as mulheres não administrarem todo o dinheiro proveniente do salário dos maridos, algumas também não se encarregavam das compras de alimentos, despesa que representava cerca da metade dos gastos nas casas pesquisadas no período aqui assinalado. Foi o que ocorreu no caso de Roberto Z. (58 anos, funcionário da limpeza pública, “não lembra” a escolaridade) e sua esposa, que “disse não estar a par dos preços, pois quem faz as compras no armazém com a caderneta é o marido”⁵³. Algo semelhante se deu no caso de um cocheiro de 38 anos e alfabetizado, sua esposa de 39 anos e não alfabetizada e 4 filhos entre 5 anos e 11 meses de idade. A mulher, não nomeada, não soube informar à pesquisadora acerca das dívidas e do valor das compras. A pesquisadora teve de fazer nova visita para que o marido desse tais informações, visto que esse controle era feito por ele⁵⁴. Quanto ao caso de Luiz T. (negro como todos de sua família, 54 anos, varredor, escolarizado até a 2ª série primária), o orçamento doméstico apresentava saldo de 8%, o que foi explicado pelo fato de que “o dinheiro fica com o indicado. É provável que ele faça despesas fora de casa, não sendo possível saber o quanto sobrou no final (...). O indicado paga tudo mas não dá dinheiro para a esposa”⁵⁵. Em todos esses casos, as mulheres não tinham ocupação fora de casa; portanto, não dispunham de renda além daquela do marido.

Algumas vezes, além da rejeição à pesquisa e das denúncias por comportamentos inconvenientes de certos moradores por parte de seus vizinhos, a pesquisadora presenciava situações familiares constrangedoras. Antonieta B., por exemplo, intuiu que nada conseguiria saber da família do mineiro Benedito C. S. (morador do Bom Retiro, 36 anos) quando a mulher deste (costureira, 30 anos) afirmou:

ele não dá satisfações e não admite que a esposa pergunte nada (...) e no dia de hoje, 5 de fevereiro de 1952, o indicado está com tudo arrumado para ir embora de casa (...). Soube pela esposa que o marido falta muito ao serviço e também ele não diz o quanto ganha e nem o que gasta na rua; o quando ele dá à família é muito incerto, depende da vontade dele, também a respeito das gorjetas nunca está ao par, nunca ele diz o que ganha⁵⁶.

O abandono do lar, registrado em alguns relatórios, não era exclusividade dos homens. Em ao menos um caso de devolução da caderneta incompleta, o motivo estava na partida da mulher, situação transtornante para o marido, que “mostrava-se desorientado, sem saber o que ia fazer”⁵⁷.

VI

Temas como hierarquia e tensões familiares, relações de gênero, consumo alimentar e sociabilidade são clássicos na História Social do Trabalho. A abordagem que pretendi dar aqui, todavia, não se prende especificamente a um outro tema imbricado a esses e que com eles mantêm permanente interação: a consciência de classe dos trabalhadores.

De todo modo, essa consciência não se exterioriza apenas na forma pela qual os trabalhadores urbanos confrontam seus oponentes de classe. O comportamento doméstico dos trabalhadores e a vida no âmbito familiar e comunitário – com tudo o que o termo “comunidade” comporta de ambigüidade⁵⁸ – de alguma forma expressam a consciência historicamente construída nos embates travados no mundo do trabalho. Trabalhadores conscientes não mantêm, obrigatoriamente, relações publicamente afetuosas com suas parceiras e filhos ou adotam um comportamento conveniente diante de vizinhos no bairro onde vivem. É preciso considerar que os padrões de afeto e de conveniência também são historicamente construídos. Com isso, quero dizer que esses padrões não repetem em comunidades heterogêneas como os bairros populares de São Paulo de meados do século XX as mesmas expressões identificadas por pesquisadores de cidades européias de porte médio no mesmo período.

Imigrantes europeus, migrantes de outras partes do Brasil ou do interior de São Paulo, brancos e negros e seus descendentes cruzaram-se na vida cotidiana paulistana, construindo novas famílias intra ou inter étnicas, mantendo ou dando novas fisionomias às tradições carregadas de vivências anteriores em suas regiões de origem ou nas experiências de trabalho rurais, urbanas e domésticas, agora no ambiente de uma cidade em profunda e rápida transformação. Os hábitos e comportamentos alimentares, mantidos ou rearranjados a partir das possibilidades do abastecimento na época, são bons indicadores disso, e seu estudo merece aprofundamento. Do mesmo modo, as hierarquias e tensões familiares também podem ter sofrido transformações ou mantido padrões construídos no cotidiano de trabalho, luta política, tradições familiares, religiosas, regionais e nacionais. A homogeneidade da classe trabalhadora, perseguida como objeto por muito tempo, divide lugar, hoje, com o estudo das diferenças – o que não contradiz o processo de formação dessa mesma classe.

Bibliografia

- Abreu, Edeli Simioni de, et al. "Alimentação mundial: uma reflexão sobre a História". *Saúde e Sociedade*, Vol. 10, No 2, Ago/Dez. 2001.
- Andrews, George Reid. *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil (1888-1988)*. Madison, University of Wisconsin Press, 1991.
- Araújo, Oscar Egídio de. "A alimentação da classe obreira de São Paulo". *RAMSP*, No 69, Ago. 1940.
- ". "Orçamentos familiares internacionais". *RAMSP*, No 74, Fev./Mar. 1941.
- ". "Pesquisas e estudos econômicos". *RAMSP*, Out./Dez. 1943.
- Bassanezi, Carla. "Mulheres dos anos dourados". In: Priore, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed., São Paulo, Contexto, Ed. Da Unesp, 2004.
- Bastide, Roger & Fernandes, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 3ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1971.
- Belluzo, Rosa. *São Paulo: memória e sabor*. São Paulo, Ed. Da Unesp, 2008.
- Carvalho, Vânia Carneiro de Carvalho. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material (São Paulo, 1870-1920)*, São Paulo, Edusp/FAPESP, 2008.
- Cunha, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um hospício*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Decca, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Fontes, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Ed. Da FGV, 2008.
- Francisco, Luís Roberto de. "A gente paulista e a vida caipira". In: Setúbal, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista*. Vol. 2: *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo, IMESP/CENPEC, 2004.
- Giard, Luce. "Cozinhar". In: Certau, Michel de, et al. (orgs.). *A invenção do cotidiano*. Vol. 2: *Morar, cozinhar*. 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 2005.
- Guimarães, Olmária. *O papel das feiras-livres no abastecimento da cidade de São Paulo*. São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1979.
- Heck, Marina & Belluzo, Rosa. *Cozinha dos imigrantes: memórias & receitas*. São Paulo, DBA/Melhoramentos, 1998.
- Ishii, Midori. *Hábitos alimentares de segmentos populacionais japoneses: histórico da natureza e direção de mudança*. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1986.
- Lhuissier, Anne. *Alimentation populaire et réforme sociale: les consommations ouvrières dans le second XIXe siècle*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme/Quae, 2007.
- Lowrie, Samuel H. "Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo". *RAMSP*. No 41, Nov.1937.
- ". "Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais". *RAMSP*. No 43, Jan.1938.
- ". "Padrão de vida dos operários da limpeza pública de São Paulo". *RAMSP*. No 51, Out.1938.
- Mayol, Pierre. "Morar". In: Certau, Michel de, et al. (orgs.). *A invenção do cotidiano*. Vol. 2: *Morar, cozinhar*. 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 2005.
- Miranda, Ana. *Amrik*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- Philippi, Sonia Tucunduva & Colucci, Ana Carolina Almada. "São Paulo". In: Fisberg, Mauro, et al. *Um, dois, feijão com arroz: a alimentação no Brasil de norte a sul*. São Paulo, Atheneu, 2002.
- Rodrigues, Jaime. "Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) Políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais". *Anais do Museu Paulista*. Vol. 15, No 2, 2007.
- ". "Da 'chaga oculta' aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX". In: Cordeiro, S. L. (org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização em São Paulo (1893)*. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

----- . “Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950)”. *Revista de Estudos Sociais*. No 33, 2009.

----- . “Vida material dos trabalhadores: cotidiano, políticas públicas e cidadãos na primeira metade do século XX”. *Anais do XIX Encontro Regional de História ANPUHSP. Poder, violência e exclusão*. São Paulo, ANPUH, 2008.

Silva, Alberto Carvalho da. “De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição”. *Estudos Avançados*. Vol. 9, No 23, Jan./Abr.1995.

Silva, João Luiz Máximo da. *Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. São Paulo, Edusp, 2008.

Thompson, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. Vol. II: A maldição de Adão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Notas

* Observação escrita em 4 de maio de 1952 na caderneta da Pesquisa de Padrão de Vida (a partir daqui PPV) por uma mulher de 37 anos, filha de Belmiro R., morador do Bom Retiro, São Paulo (SP). Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Departamento de Cultura, Divisão de Estatística e Documentação Social (doravante AHMSP/DC/DEDS), PPV Araújo, caso 32, abr./maio 1952.

** Este texto integra o projeto *Uma História Social da Alimentação na Cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1960)*, iniciado no programa de Pós-Doutorado desenvolvido pelo autor entre 2005 e 2006 na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo–FAPESP. Desde 2007, a pesquisa prossegue no âmbito do curso de História da UNIFESP.

¹ Nos termos da Lei Nº 185, de 14 jan.1936, disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=21191>, regulamentada pelos decretos-leis nº 399, de abril de 1938 e Nº 2.162, de 1º de maio de 1940.

² Cf. Alberto Carvalho da Silva, “De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição”, *Estudos Avançados*, Vol. 9, No. 23, Jan./Abr.1995, pp. 87-107, em especial pp. 87-88.

³ Para o período anterior, remeto ao trabalho de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁴ Pierre Mayol, “Morar”, Michel de Certeau, *et. al.* (orgs.), *A invenção do cotidiano. Vol. 2: Morar, cozinhar*, 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 2005, p. 38. Destaques no original.

⁵ Edward P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa. Vol. II: A maldição de Adão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 209.

⁶ Esse documento, impresso e padronizado, foi utilizado nas PPVs de 1937, 1951/1952 e 1963, que serão estudadas aqui, e pode ser encontrado, entre outros, em *AHMSP/DC/DEDS/Material de Campo e de Análise*, Caixa 11, doc. 22.

⁷ Nas pesquisas aplicadas pela Divisão de Estatísticas e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, previa-se ainda a anotação da nacionalidade, da ocupação, do número de horas trabalhadas por dia pelos informantes, ainda que essas informações nem sempre tenham sido registradas.

⁸ Apresentei o formato de aplicação das três PPVs que venho estudando no texto “Vida material dos trabalhadores: cotidiano, políticas públicas e cidadãos na primeira metade do século XX”, *Anais do XIX Encontro Regional de História ANPUHSP - Poder, violência e exclusão*, São Paulo, 2008. Sobre a potencialidade dessas fontes para a sondagem dos comportamentos alimentares populares, ver Jaime Rodrigues, “Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950)”, *Revista de Estudos Sociais*, No. 33, 2009, pp. 118-128 e “Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950) Políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais”, *Anais do Museu Paulista*, Vol. 15, No 2, 2007, pp. 221-255.

⁹ Utilizei-me dos números fornecidos por Olmária Guimarães para datas redondas mais próximas dos anos de aplicação das PPVs. De acordo com a autora, com base em fontes oficiais, São Paulo contava com 1.337.644 habitantes em 1940;

2.198.096 em 1950 e 3.300.218 em 1960. Ver *O papel das feiras-livres no abastecimento da cidade de São Paulo*, São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1979, p. 7.

¹⁰A partir da aplicação dessas PPVs, foram produzidos alguns textos de análise pelos coordenadores dessas pesquisas. Ver, entre outros: de Samuel H. Lowrie, “Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo”, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (RAMSP)*, No. 41, Nov. 1937; “Origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais”, *RAMSP*, No. 43, Jan. 1938 e “Padrão de vida dos operários da limpeza pública de São Paulo”, *RAMSP*, No 51, Out.1938; de Oscar Egídio de Araújo, “A alimentação da classe obreira de São Paulo”, *RAMSP*, No 69, Ago.1940, pp. 91-116; “Orçamentos familiares internacionais”, *RAMSP*, No 74, Fev./Mar.1941, pp. 217-232 e “Pesquisas e estudos econômicos”. *RAMSP*, Out./Dez.1943.

¹¹ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Lowrie, Caso 1622, Jan./Fev. 1937.

¹² *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 12, Out. 1951.

¹³ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 38, Set. 1951.

¹⁴ Na verdade a cidade de Aparecida, no Vale do Paraíba paulista, a 173 km da capital, que se constitui em um centro de peregrinação popular em devoção a Nossa Senhora Aparecida, a “padroeira do Brasil”.

¹⁵ Cidade balneária de frequência popular, distante 86 km da capital e situada no litoral sul do Estado de São Paulo.

¹⁶ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 440, Set. 1951.

¹⁷ Ver Vânia Carneiro de Carvalho, *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material (São Paulo, 1870-1920)*, São Paulo, Edusp/FAPESP, 2008, e João Luiz Máximo da Silva, *Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*, São Paulo, Edusp, 2008.

¹⁸ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Sta Olímpia, Caso 468, Maio 1937. Anos depois, o critério de separação das cozinhas caracterizando a divisão entre as famílias e suas despesas permitia a inclusão de habitações coletivas nas pesquisas de padrão de vida. Na pesquisa feita em 1963, uma habitação ocupada por 5 famílias, com 5 cozinhas e 1 tanque, era considerada passível de fornecer informações (sendo cada família e sua cozinha entendida como um caso). *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Pagano, Caso 211, s/d.

¹⁹ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 32, Maio 1951. O valor pago pelo aluguel do quarto na casa do pai significava um aporte de mais de 1/3 à renda do mesmo que, aposentado, recebia 2.600 cruzeiros por mês.

²⁰ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 32, Maio 1951.

²¹ Rosa Belluzzo, *São Paulo: memória e sabor*, São Paulo, Ed. da Unesp, 2008, p. 61.

²² Sonia Tucunduva Philippi & Ana Carolina Almada Colucci, “São Paulo”, Mauro Fisberg, *et. al. Um, dois, feijão com arroz: a alimentação no Brasil de norte a sul*, São Paulo, Atheneu, 2002, p. 211.

²³ Edeli Simioni de Abreu, *et. al.*, “Alimentação mundial: uma reflexão sobre a História”, *Saúde e Sociedade*, Vol. 10, No. 2, Ago./Dez.2001.

²⁴ As adaptações alimentares das comunidades em deslocamento e dos residentes em São Paulo havia mais tempo são um objeto a ser explorado. Marinna Heck e Rosa Belluzzo colheram depoimentos de imigrantes e seus descendentes e, ao menos em um caso, o assunto veio à tona: no registro da fala da Sra. Marisa, lemos que “em casa só ficou um caderno de receitas que foi da minha avó paterna. Não tem só receitas piemontesas. Esse livro é um misto de receitas italianas e americanas, pois meus avós paternos moraram por algum tempo nos Estados Unidos”. *Cozinha dos imigrantes: memórias & receitas*, São Paulo, DBA/Melhoramentos, 1998, p. 39. Existem alguns estudos, por exemplo, sobre a comunidade japonesa, como o de Midori Ishii, *Hábitos alimentares de segmentos populacionais japoneses: histórico da natureza e direção de mudança*, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP, 1986.

²⁵ Luís Roberto de Francisco, “A gente paulista e a vida caipira”, Maria Alice Setúbal (coord.), *Terra Paulista, Vol. 2: Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*, São Paulo, IMESP, CENPEC, 2004, p. 44.

²⁶ Como em *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 610, Mar.1952.

²⁷ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 612, Mar.1952.

²⁸ *AHMSP/DC/DEDS*, PPV Araújo, Caso 111, Nov.1951.

²⁹ Esse tipo de observação negativa acerca dos hábitos de higiene e asseio dos trabalhadores brasileiros em São Paulo conta com registros pelo menos do final do século XIX. No texto do *Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das*

Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Sta. Efigênia de 1893 e nas fichas de inspeção anexas, a falta de asseio era constantemente reiterada, além de serem feitos julgamentos estéticos acerca da decoração interior das habitações, como “as paredes com quadros de mau gosto” ou “os móveis desagradavelmente dispostos”. No quesito asseio, o *Relatório* afirmava que os pisos das moradias jamais eram lavados, “com exceção daquelas habitações ocupadas por famílias alemãs, ou de gente do norte da Europa, onde o asseio é quase sempre irrepreensível”. Ver Jaime Rodrigues, “Da ‘chaga oculta’ aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX”, S. L. Cordeiro (org.), *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização em São Paulo (1893)*, São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

³⁰ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 130, Maio 1952. Destaque meu. As latarias mencionadas pareciam servir de recipientes para se fazer as refeições. Na opinião da pesquisadora, os sete quilogramas de pão consumidos pelo casal (além de um sobrinho que eventualmente dormia na moradia) representavam um consumo muito parco desse produto, que deveria somar mais sete ou oito quilos.

³¹ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 12, Out.1951; PPV Araújo, Caso 507, Set./Out.1951.

³² Como no caso da família de três membros de Bento M, do bairro do Belém, que tinha uma pequena produção de “couve, almeirão, cheiro verde, xuxu (sic), e é só para o gasto, não vendem e geralmente todos os vizinhos da redondeza também plantam para o consumo”. AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 39, Maio/Jun.1952. A família de seis membros de Wolney N. não plantava no próprio terreno, mas sim em outro pelo qual não pagava aluguel, no qual “tem regular plantação de mandioca, abóbora, milho, chuchu, batata doce. Disse-me então que ele costuma vender, mas que não dá grande lucro, indaguei e ele disse que mais ou menos ele tira uns 300 cruzeiros entre tudo, mas é mentira, pois a plantação dá para mais lucro”. AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 426, s/d.

³³ Cf. termos em que se definia uma família: “grupo de indivíduos que moram juntos, sendo dependentes do mesmo ou contribuindo para sua manutenção”. AHM/DC/DEDS, PPV Araújo, Caixa 11, Doc. 24, Ago.1951.

³⁴ AHMSP/DC/DEDS, PPV Pagano, Caso 302, Ago./Set.1963.

³⁵ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 49, Ago.1952.

³⁶ MAYOL, *op. cit.*, p. 51.

³⁷ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 49, Ago.1952.

³⁸ MAYOL, *op. cit.*, p. 39.

³⁹ MAYOL, *op. cit.*, p. 47.

⁴⁰ Paulo Fontes, *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*, Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 2008, p. 22

⁴¹ Roger Bastide, “Manifestações do preconceito de cor”, Roger Bastide & Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo*, 3ª ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1971, pp. 147-188. A obra foi editada pela primeira vez em 1955, como título *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*.

⁴² George Reid Andrews, *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil (1888-1988)*, Madison, University of Wisconsin Press, 1991, em especial o cap. 6.

⁴³ Ana Miranda, *Amrik*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997, p. 186.

⁴⁴ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 10, Dez.1951 a Jan.1952.

⁴⁵ Ver, por exemplo, AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 103, 21 nov.1951. “A esposa do indicado não deixava entrar na casa [a caderneta] porque o marido estava sempre bêbado. Dizia estar fazendo e agora devolveu sem fazer anotação nenhuma dizendo que não tem tempo”; ou PPV Araújo, Caso 128, Abr./Maio 1952, em que a enteada foi quem mencionou o assunto, dizendo que o padrasto bebia demais e por isso vivia doente – além de não contribuir com as despesas da casa da forma como deveria.

⁴⁶ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 27, Mar./Abr.1952.

⁴⁷ Anne Lhuissier estudou as enquetes alimentares promovidas pelo parlamento francês oitocentista em meio aos operários, particularmente aquelas conduzidas pelo economista Frédéric Le Play (1806-1882). A autora apontou os princípios e as inclinações moralistas contidas nesses documentos, de caráter reformista e conservador – o que, todavia,

não se impede sua interpretação, desde que se adote uma abordagem crítica sobre as fontes. Ver *Alimentation populaire et réforme sociale: les consommations ouvrières dans le second XIXe siècle*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme/Quae, 2007, p. 14 e ss.

⁴⁸ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 425, 15 jul.1953

⁴⁹ Atual município da Região Metropolitana de São Paulo, autônomo desde 1944, onde em 1895 começou a ser construído o Hospital Psiquiátrico do Juqueri, dirigido por Francisco Franco da Rocha, e desativado como asilo na década de 1980. No vocabulário de boa parte dos paulistas, Juqueri e Franco da Rocha são sinônimos de lugar para a internação de loucos. Sobre essa instituição, ver Maria Clementina Pereira Cunha, *O espelho do mundo: Juquery, a história de um hospício*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

⁵⁰ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 131, Abr./Maio 1952.

⁵¹ Carla Bassanezi, “Mulheres dos anos dourados”, Mary del Priore (org.), *História das mulheres no Brasil*, 7ª ed., São Paulo, Contexto/Ed. da Unesp, 2004, p. 608. Ao indicar o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho na década de 1950, Bassanezi notou que “eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época. Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a idéia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social”. *Idem*, p. 624,

⁵² AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 716, Maio/Jun.1952.

⁵³ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 8, Ou./Nov.1951

⁵⁴ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 419, s/d.

⁵⁵ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 720, s/d. Consta comparação deste caso com a PPV Lowrie, ou seja, a família preencheria cadernetas em 1937 e em 1952.

⁵⁶ AHMSP/DC/DEDS, PPV Araújo, Caso 14, Dez.1951 a Jan.1952. Gorjetas (com valores variáveis e que os homens normalmente preferiam não declarar) como adicionais aos rendimentos dos trabalhadores apareceram especialmente entre coletores de lixo, especialmente na época natalina, como ocorreu na coleta de dados desta caderneta.

⁵⁷ AHMSP/DC/DEDS, PPV Pagano, Caso 112, Set.1963.

⁵⁸ Problemas no uso indiscriminado do conceito de comunidade pelos historiadores foram sistematizados por Fontes, entre eles a crença na existência da solidariedade como “conseqüência ‘natural’ da vida comunitária”, a romantização da vida comunitária “onde a classe ‘aparece mais homogênea do que na realidade ela é” e a negligência da “longa tradição de controvérsia e debate em torno dessa noção, especialmente na teoria sociológica”. Cf. Paulo Fontes, *op. cit.*, pp. 23-24.